



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

## **INTERPELAÇÃO ESCRITA**

### **Reduzir o número de trabalhadores não residentes das concessionárias do jogo para garantir o emprego dos trabalhadores locais**

Segundo vários trabalhadores locais das concessionárias do jogo, no dia 28 de Fevereiro do corrente ano, receberam, repentinamente e sem qualquer aviso, uma notificação de despedimento, ou seja, os seus contratos de trabalho foram rescindidos unilateralmente sem justa causa. Alguns destes trabalhadores desempenharam funções nas empresas durante cerca de 10 anos, e segundo os dirigentes, não cometeram qualquer erro, o seu despedimento deveu-se apenas à decisão unilateral de cessar os respectivos contratos de trabalho. No entanto, antes de serem despedidos, as concessionárias não ofereceram qualquer alternativa de emprego aos trabalhadores locais, despediram-nos unilateralmente, sem que estes tivessem cometido qualquer erro notório. Isto é, sem qualquer dúvida, inaceitável.

É de salientar que, segundo o “Regime jurídico da exploração de jogos de fortuna ou azar em casino”, as concessionárias devem assumir as suas responsabilidades sociais, incluindo a garantia dos direitos e interesses laborais, ou seja, garantir os créditos laborais, a formação, e a promoção da mobilidade vertical dos trabalhadores locais. Em Outubro de 2022, o Governo e as seis concessionárias do jogo assinaram novos contratos de exploração, nos termos dos quais foi assumida a promessa de manter a estabilidade de emprego dos trabalhadores locais e a criação de condições



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

para promover a mobilidade vertical dos mesmos. As operadoras do jogo ajustaram os seus recursos e mão-de-obra em conformidade com as mudanças do mercado, mas segundo a “Lista das empresas/entidades com trabalhadores não residentes ao serviço”, publicada pela Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL), até ao final de Dezembro de 2024, as seis concessionárias do jogo tinham contratado cerca de 32 mil trabalhadores não residentes, um aumento de cerca de 1200 em relação aos meses de Setembro e Junho do mesmo ano (um aumento de 4 por cento), ora, isto demonstra que o número de trabalhadores não residentes continua a aumentar. O mais importante é que, comparando o mês de Setembro de 2024 com o mês de Dezembro de 2022, registou-se um aumento de apenas 2 por cento (de 76 mil para 78 mil) no número de trabalhadores locais contratados pelas seis concessionárias, e nesse mesmo período, registou-se um aumento brusco de 67 por cento (de 18 mil para 31 mil) no número de trabalhadores não residentes. O ambiente de emprego em Macau está em baixa, portanto, é surpreendente esta diferença tão grande no aumento de trabalhadores locais e de trabalhadores não residentes.

A recuperação constante do sector do turismo após a epidemia impulsionou o sector do jogo e aumentou, de forma sustentável, as receitas do jogo. No entanto, o ambiente económico de Macau ainda não está totalmente recuperado, a exploração das PME é difícil, o espaço de emprego dos residentes continua a diminuir, e é difícil encontrar emprego estável. As concessionárias do jogo e as grandes empresas são os principais alvos dos candidatos locais na procura de emprego estável, por isso, a DSAL tem colaborado, de forma contínua, com as grandes empresas na organização de acções de emparelhamento de emprego e de planos de formação profissional. No



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

entanto, se os trabalhadores locais que trabalham nas empresas há muitos anos também não têm emprego garantido, como é que se pode acreditar que as empresas estão dispostas a contratar trabalhadores locais? O facto de não ser possível estabilizar o emprego dos trabalhadores locais das grandes empresas, por exemplo, nas concessionárias do jogo, vai acarretar graves prejuízos para a economia e para o ambiente de emprego de Macau. Segundo muitos candidatos, as feiras de emprego organizadas pelas empresas não passam de *show off*, pois estas acabam por continuar a requerer a contratação de trabalhadores não residentes, alegando a impossibilidade de encontrar trabalhadores locais adequados.

Além disso, segundo alguns trabalhadores que participaram no Plano Específico de “Emprego + Formação” co-organizado pela DSAL e as empresas do jogo, para terem melhores perspectivas de desenvolvimento e por acreditarem na credibilidade do plano organizado pela DSAL, demitiram-se dos seus empregos, candidataram-se e foram contratados na sequência da respectiva entrevista. Entretanto, depois de assumirem funções, verificaram que o plano de formação não estava a ser efectivamente executado e, antes do termo do período experimental, foram despedidos, sem direito a qualquer indemnização. Nos termos do contrato, no prazo de seis meses após a cessação de funções, os trabalhadores não podem trabalhar noutras operadoras de jogo, caso contrário, podem ter de indemnizar a empresa da qual saíram. Um trabalhador apresentou o caso à DSAL e, segunda esta, o empregador despediu-o por não ter atingido os critérios de classificação, e salientou que a DSAL desempenhava apenas o papel de encaminhamento e não tinha competência para fiscalizar a concessionária do jogo. Na verdade, os trabalhadores



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

nunca foram submetidos a qualquer avaliação durante o período em que trabalharam, e nunca viram os tais critérios de classificação de serviço. Mais, o empregador explicou directamente ao trabalhador o motivo do despedimento, referindo apenas que “durante o período experimental, o empregador pode despedir o trabalhador sem justa causa”. Os trabalhadores afirmaram que estavam muito desiludidos com as políticas do Governo, pois pensavam que o plano organizado pela DSAL ia oferecer garantias, mas, entretanto, foram despedidos sem justa causa e ficaram desempregados!

Pelo exposto, interpele sobre o seguinte:

1. Há dias, alguns trabalhadores locais que trabalharam em concessionárias do jogo durante 10 anos foram despedidos, repentinamente e sem justa causa, e outros que participaram no “Plano Específico de Emprego + Formação” co-organizado pela Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL) e pelas operadoras do jogo, foram despedidos antes do termo do período experimental. Os trabalhadores tentaram obter informações junto da DSAL, mas esta respondeu que apenas desempenhava o papel de encaminhamento e que não podia intervir. Isto leva as pessoas a questionarem o seguinte: o Governo tem conhecimento de que as concessionárias do jogo despediram sem justa causa trabalhadores locais que trabalharam durante muitos anos na área da logística? Tem ideia que os trabalhadores que participaram no “Plano Específico de Emprego + Formação” também foram despedidos sem justa causa antes do termo do período experimental? Por que razão é que o Governo não tomou medidas atempadas para impedir a ocorrência destes incidentes? Se o número



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

de trabalhadores não residentes das seis concessionárias do jogo continuar a aumentar, as empresas podem alegar o excesso de mão-de-obra e despedir, sem justa causa, os trabalhadores locais sem lhes oferecer qualquer opção de mudança de funções. Esta situação respeita o que foi acordado entre o Governo e as seis concessionárias de jogo aquando da assinatura do novo contrato de exploração, em Outubro de 2022? Ou seja, a manutenção da estabilidade do emprego dos trabalhadores locais e a criação de condições de promoção da mobilidade vertical dos trabalhadores locais? O Governo vai sancionar, nos termos da lei, as concessionárias do jogo pelo incumprimento do contrato? Vai reduzir, de imediato, as quotas de importação de mão-de-obra?

2. Em 15 de Janeiro do corrente ano, na resposta à minha interpelação escrita, a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL) afirma que “a importação de trabalhadores não residentes só é autorizada quando se verifica falta ou insuficiência de trabalhadores locais”. Mas, segundo a “Lista das empresas/entidades com trabalhadores não residentes ao serviço” divulgada pela DSAL, até finais de Dezembro de 2024, o número de trabalhadores não residentes das seis empresas do jogo era cerca de 32 mil, ou seja, um aumento de 1200 pessoas em comparação com o registado nos meses de Setembro e Junho do mesmo ano (uma subida de 4 por cento), o que demonstra que o número de trabalhadores não residentes das concessionárias de jogo continua a crescer. Comparando os dados de Setembro de 2024 e de Dezembro de 2022, o número de trabalhadores residentes nas seis concessionárias do jogo aumentou apenas 2 por cento, enquanto o número de trabalhadores não



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

residentes registou um aumento substancial de 67 por cento. O crescimento de trabalhadores locais está muito aquém do crescimento de trabalhadores não residentes, e em duas das concessionárias do jogo registou-se mesmo um crescimento negativo de trabalhadores locais, enquanto o número de trabalhadores não residentes continua a aumentar de forma significativa. No quarto trimestre de 2024, a população desempregada de Macau contabilizava 6700 indivíduos, a população em situação de subemprego contabilizava 5700 residentes e os residentes desempregados e em situação de subemprego contabilizavam 12.400. É de notar que este número não abrange os desempregados de Macau que vivem no Interior da China. A maioria das pessoas pretende trabalhar nos sectores do jogo, hotelaria, restauração e venda a retalho, o que demonstra que o problema da “falta ou insuficiência de recursos humanos locais” não existe, contrariamente ao que afirma o Governo. Então, para assegurar a obrigatoriedade de contratação de trabalhadores locais e salvaguardar, verdadeiramente, o seu direito ao emprego, quando é que o Governo vai tomar a iniciativa de reduzir o número e as quotas de trabalhadores não residentes das empresas que dispõem de grande número destes trabalhadores (especialmente as concessionárias do jogo)? Segundo os dados mais recentes (Setembro de 2024), os trabalhadores não residentes das seis concessionárias do jogo ocupam cerca de 30 por cento do total dos trabalhadores (mais 10 por cento do que o registado em Dezembro de 2022). Tendo em conta a pequena dimensão do mercado de emprego de Macau, o Governo vai reduzir o número total e o limite máximo de trabalhadores não



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

residentes das seis concessionárias do jogo? Vai, por exemplo, reduzir para os 20 por cento registados durante a epidemia, ou até menos, para os residentes de Macau terem oportunidades de acesso a postos de trabalho mais estáveis e com perspectivas de desenvolvimento, salvaguardando assim, verdadeiramente, o direito ao emprego dos locais?

3. Os sectores do jogo, da restauração e do comércio a retalho são as áreas de maior interesse para os desempregados locais e para a população em situação de subemprego, o que significa que o problema de “escassez ou insuficiência de recursos humanos locais” não existe, contrariamente ao que dizem as autoridades. As concessionárias do jogo e as grandes empresas são os principais alvos dos candidatos locais na procura de emprego estável. Nos últimos anos, a DSAL tem colaborado com as seis concessionárias de jogo e as grandes empresas na organização de feiras de emprego e planos de formação de emprego. No passado, o Governo respondeu-me que “em primeiro lugar, ia encaminhar os trabalhadores locais para as empresas e acompanhar os resultados da conjugação de emprego, e que se houvesse trabalhadores locais adequados ou qualificados para o exercício de determinados cargos, os pedidos de contratação de trabalhadores não residentes para os mesmos seriam indeferidos”. De facto, segundo muitos candidatos, parece que os empregadores das feiras de emprego não querem entrevistar nem contratar os candidatos ou até dificultam, propositadamente, a sua contratação. Segundo um candidato, o empregador tinha marcado entrevista na sua conta única de acesso comum, mas depois recebeu uma chamada informando-o que “as condições não eram



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

adequadas, e que não era possível realizar a entrevista”, aparecendo, posteriormente, na sua conta única a mensagem seguinte: “a entrevista não foi bem-sucedida”. Estas situações levam as pessoas a suspeitar que as feiras de emprego não passam de *show off*, pois as empresas continuam a contratar trabalhadores não residentes sob o pretexto de “não se conseguir encontrar trabalhadores locais adequados”. Assim, não é possível, de facto, salvaguardar as oportunidades de emprego dos locais. Além disso, esta conjugação ineficaz não só representa um desperdício de recursos sociais, como também dá azo a despedimentos durante o período experimental, no âmbito do Plano Específico de “Emprego + Formação”, organizado pelo Governo, e este nada sabe sobre o assunto, nem fiscaliza a concretização do Plano em causa. De que medidas dispõe o Governo para acabar com a situação caótica de “falsas contratações” e “falsas colocações”, que passaram a ser procedimentos obrigatórios para a importação abusiva de mão-de-obra? As concessionárias do jogo continuam a organizar feiras de emprego e a publicar anúncios de recrutamento, mas têm andado a despedir, sem justa causa, trabalhadores locais com muitos anos de trabalho, sem lhes oferecer qualquer opção de mudança de funções. Como é que o Governo fiscaliza as empresas, para estas assegurarem postos de trabalho estáveis e de longo prazo aos trabalhadores locais?

06 de Março de 2025

**O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,**

**Lam U Tou**